

## Ata Circunstanciada da 27ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 27ª  
(VIGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 10 DE ABRIL DE 2024.**

**INÍCIO ÀS 15H05MIN**

**TÉRMINO ÀS 16H34MIN**

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 10 de abril de 2024, às 15 horas e 5 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido por esta presidência.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

- Ata Sucinta da 26ª Sessão Ordinária, em 9 de abril de 2024;
- Ata Sucinta da 15ª Sessão Ordinária (*sic*), em 9 de abril de 2024;
- Ata Sucinta da 14ª Sessão Extraordinária, em 9 de abril de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Quero cumprimentar o querido deputado Joaquim Roriz Neto e o deputado Chico Vigilante.

Não havendo quórum para dar continuidade aos trabalhos, esta presidência vai suspender a sessão até as 15 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h11min, a sessão é reaberta às 15h23min.)

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a sessão.

Agradeço ao deputado Pastor Daniel de Castro, que procedeu à abertura desta sessão.

Retificando, onde se lê “Ata Sucinta da 15ª Sessão Ordinária”, leia-se “Sessão Extraordinária”.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

O deputado João Cardoso encontra-se de licença médica, está hospitalizado. Eu peço oração para o nosso amigo.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, presidente. Abro mão da fala hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Que sirva de exemplo. O deputado Pastor Daniel de Castro abriu mão da fala.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Só se encontram o deputado Chico Vigilante e o deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente deputado Wellington Luiz, que nos escuta.

Como ontem ficamos aqui até tarde, nobre deputado Pastor Daniel de Castro, eu não irei entrar nesse assunto hoje.

O que me traz aqui, mais uma vez, presidente, é um assunto de que falarei dessa tribuna enquanto não estiver resolvido o problema das nossas escolas. O problema continua!

Ontem, o líder do governo até anunciou que precisou trocar o gestor da Suag da Secretaria de Educação por conta dos problemas com a merenda. Hoje, aquilo que nós avisamos que poderia acontecer aconteceu. A secretaria precisou fazer um novo contrato emergencial, sem licitação, para poder garantir que o frango – uma nova proteína – chegasse às escolas. Foram 10 milhões de reais. Essa tem sido a prática: esticam os contratos até o limite para depois justificar compras e despesas emergenciais. E não resolveu o problema ainda, porque, dos lotes anunciados, vários ainda não chegaram.

E a educação tem problema em todos os lados.

Eu quero aqui, presidente, pedir, mais uma vez, para o Governo do Distrito Federal, para a Secretaria de Educação, que cumpra o acordo que foi feito com os professores.

Esta semana foi publicada a portaria que regulamenta o direito de todos os professores e professoras da rede terem os 15 minutos de intervalo, porque isso não estava regulamentado, e em várias escolas não acontecia. Foi publicada a portaria, que está lá no acordo da greve, porém, ainda não está sendo garantido esse direito. As regionais de ensino orientam as escolas a dizer aos professores para não tirarem os 15 minutos de intervalo, deputado Chico Vigilante, porque não há ninguém para cuidar dos estudantes na hora do intervalo.

Este é o problema do governo e da Secretaria de Educação: faltam profissionais nas escolas! Não há concurso público há muitos anos, e agora estão impedindo um direito acordado na greve e publicado no diário oficial e em portaria. A secretaria não cumpre o direito de os professores terem o intervalo de 15 minutos para tomar uma água, um café, para um descanso entre um turno e outro.

Outra questão, presidente, é sobre a ingerência do sistema Cref e Confef. Chegou às escolas essa semana mais um ofício cobrando e ameaçando os professores de educação física nas escolas. Se eles não regularizarem a filiação ao Cref, não poderão exercer o magistério. Isso é uma desvirtuação do processo e da profissão! O que determina a carreira do magistério e do professor atuar dentro de sala de aula é a licenciatura. É o que está na Lei de Diretrizes e Bases, é o que está no plano de carreira, é o que a legislação brasileira tem de previsão legal.

Essa obrigação que o sistema Cref e Confef quer fazer com os professores do Distrito Federal desrespeita as normas, inverte a relação e a definição do que é o magistério. Imaginem agora se todos os conselhos profissionais quiserem exigir do professor de geografia, do professor de química, do professor de matemática a filiação ao seu conselho profissional?

O professor de educação física na escola, ele é professor. Ele não é um profissional da educação física. Ele é professor e é regido pela legislação e pela carreira do magistério. Então é preciso que a Secretaria de Educação defenda os seus profissionais, porque são os professores que passaram em concurso público, e não admita mais a ingerência do sistema Cref e Confef.

Para terminar, presidente, vou precisar apenas de 1 minuto. O Tribunal de Contas publicou mais um relatório que aponta falhas na execução do Plano Distrital de Educação...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O Tribunal de Contas acaba de publicar um relatório que aponta falhas na execução do Plano Distrital de Educação. São várias falhas. Das 21 metas, nenhuma

será cumprida. Na meta 20, que previa dobrar o PIB investido em educação, este ano, nós retrocedemos, regredimos. O Distrito Federal investe menos em educação do que há 10 anos. A meta era dobrar o investimento. A meta 17 da isonomia salarial, a meta das reduções do número de alunos por turmas... Uma tragédia o que a gestão da Secretaria de Educação fez.

Ontem, presidente, chegou um memorando às escolas. A Secretaria de Educação está sem contrato de manutenção. As escolas não têm cobertura, e a Secretaria de Educação, ontem, encaminhou um memorando que pedia para as escolas apresentarem a lista das prioridades das obras de manutenção e reforma nas escolas com prazo até amanhã. De novo: contrato emergencial! São 2 dias. A escola que não responder e não apresentar ficará de fora do contrato. É um absurdo! Deram para as escolas 2 dias para apresentar o processo SEI e todos os levantamentos das demandas das escolas.

Encerro, cobrando do governo, da secretária de educação e do secretariado do governo o cumprimento do que está se desenrolando no Tribunal de Contas, fruto de uma representação nossa, quanto à ilegalidade do número de contratos temporários.

A secretária de educação, presidente, anunciou publicamente e respondeu ao próprio tribunal que vai nomear, no primeiro semestre, até o mês de junho, 3.200 professores. É fundamental, então, ou que se derrube o veto do governador à LDO, ou que o governo encaminhe para esta casa, urgentemente, a alteração da LDO. Que a secretária cumpra a determinação do tribunal e aquilo que ela se comprometeu a fazer, no ano passado, na greve dos professores: a nomeação dos 3.200 professores até o mês de junho.

Então, ou nós derrubamos o veto à LDO ou o governo encaminha o mais rapidamente possível a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para que se cumpra o acordo, e a nomeação dos professores aconteça ainda no primeiro semestre.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Vamos cobrar uma solução quanto a isso por parte do governo, a fim de que não seja necessária uma discussão da derrubada do veto.

Deputado, desculpe-me. Enquanto V.Exa. falava, eu acabei atendendo uma ligação. Eu e o deputado Ricardo Vale falamos com o deputado João Cardoso. O deputado João Cardoso, deputado Chico Vigilante, encontra-se hospitalizado e vai ter que fazer a colocação de marca-passo. Haverá um procedimento para isso nas próximas horas, provavelmente ainda no dia de hoje. O deputado está bem, graças a Deus, mas é importante nos juntarmos em orações pelo nosso amigo. S.Exa. está no Sírio-Libanês sem poder receber visitas, até porque está na UTI. O procedimento deve ocorrer ainda hoje. Tão logo isso aconteça, vamos pedir que a comunicação, através da vice-presidência do deputado Ricardo Vale, informe à imprensa e a todos os parlamentares a situação do nosso amigo, que, se Deus quiser, muito em breve estará conosco.

Concedo a palavra ao nobre deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, na manhã do dia de hoje, no Palácio do Planalto, tive a oportunidade de participar de uma atividade promovida pelo governo do presidente Lula altamente representativa e de um alcance social extraordinário: o lançamento da volta do Minha Casa, Minha Vida para o campo e para as entidades.

O ministro Jader Barbalho Filho, que é do MDB e está conduzindo a pasta do Ministério das Cidades, fez um pronunciamento extraordinário quando ele afirmou que o presidente Lula é o maior presidente da história do Brasil.

Depois, o presidente Lula falou da importância que tem esse programa especialmente para os trabalhadores do campo. Ele exigiu que as casas a serem construídas no campo tenham fogão a lenha, que é uma tradição do campo, além do fogão a gás; que tenham salas; se forem de 2 pavimentos, que tenham aquela sacada no prediozinho.

As entidades e todos que estavam presentes aplaudiram felizes a volta desse Brasil que cuida, efetivamente, dos trabalhadores e das trabalhadoras, daqueles mais necessitados. Os trabalhadores que têm BPC ou que estão nos programas sociais do governo, como o Bolsa Família, não vão pagar nenhum tipo de mensalidade, pois vão receber as propriedades, que serão completamente grátis.

Portanto, esse foi um grande momento que nós vivemos no dia de hoje. E amanhã, às 15 horas, o presidente Lula fará, no Trecho 2 do Sol Nascente, o lançamento da pedra fundamental do

Instituto Federal de Educação. Nós estaremos lá, apoiando e aplaudindo o governo, que, efetivamente, tem preocupação com a população, especialmente a população mais pobre.

Dito isso, presidente, quero falar de outro assunto. Eu quero falar de uma categoria que foi criada no governo do Rodrigo Rollemberg. Trata-se de trabalhadores altamente explorados: os trabalhadores educadores sociais voluntários nas escolas – que não são voluntários, deputado Gabriel Magno. V.Exa., que é professor, sabe disso, pois voluntário é aquela pessoa que vai fazer um serviço no dia em que quer, mas os voluntários da Secretaria de Educação do Distrito Federal são obrigados a comparecer. Se adoecem, não têm nenhum tipo de atendimento; se faltam no dia de serviço do voluntariado, não recebem nada. Recebem 10 reais por hora, não têm tíquete-alimentação e não têm... Portanto, eu os estou chamando de boias-frias, pois é o que eles estão sendo nesse momento.

Todos os dias, todas as semanas, vou estar aqui cobrando da Secretaria de Educação do Distrito Federal, porque precisamos encontrar uma saída para a profissionalização e para a regularização trabalhista desse pessoal. Eu não sei o que o Ministério Público do Trabalho está fazendo que não tomou providências ainda. Nós, na capital da República, não podemos aceitar passivamente o sofrimento que essas trabalhadoras e esses trabalhadores estão vivendo. São pessoas, muitas delas, com curso de magistério, que estão enfrentando essa exploração no momento.

Trago essa denúncia. Estou ao lado deles e vou brigar por eles. Assim como briguei, na época, pelos funcionários de embaixadas, para que eles tivessem – peço um minuto a V.Exa. – a formalização, estou lutando para que os chamados educadores sociais tenham o seu contrato formalizado, com todos os direitos trabalhistas assegurados.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Parabéns pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

Fui informado pela assessoria que o deputado Max Maciel foi se vacinar. Ótimo exemplo. Parabéns, deputado! Eu também já me vacinei. Gostaríamos que todos os servidores desta casa e todos moradores do Distrito Federal tivessem esse mesmo cuidado. Aqueles que têm acesso, que podem, devem, sim, tomar vacina. V.Exa. dá ótimo exemplo. É isto mesmo: vacina é fundamental.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa tarde. Saúdo todos e todas que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e pelo plenário desta casa.

Presidente, meu cartão de vacinas está aqui e quem me vacinou foi a deputada Dayse Amarílio, com mão leve, nem senti. S.Exa. é enfermeira profissional. Foi uma honra ter sido vacinado pela deputada Dayse Amarílio.

Como V.Exa. bem disse, presidente, nós estamos nessa sazonalidade da gripe. Por isso, já tomei a vacina contra a gripe, que é todo ano. E há também – digo isso para os pais e as mães que estão nos acompanhando – a vacina contra a dengue, para a faixa etária das crianças, e a vacina contra HPV, dose única. Procurem em casa o cartão de vacinas, tentem atualizá-lo. Procurem a unidade básica de saúde mais próxima. Há algumas que funcionam até às 22 horas. Vocês encontram essa informação no *site* da secretaria. Isso é importante para nós.

Falarei aqui sobre um triste fato ocorrido na última sexta-feira, quando ciclistas foram atropelados, no SIA, por um motorista embriagado; um está em estado grave, os outros, com lesões.

Falo do risco que é o andar a pé e a mobilidade ativa no Distrito Federal.

Antes de chegarmos a esse trágico acidente, que não foi pontual, não foi isolado, nós apresentamos um projeto de lei que foi aprovado, hoje já é lei, que trata da mobilidade a pé no Distrito Federal e, também, dos modais ciclovitários.

Os trabalhadores eram garçons de um restaurante, estavam saindo após o horário de o restaurante fechar. Eles utilizam a bicicleta como modelo de locomoção, algo natural – as pessoas podem optar por se locomoverem pela cidade também por bicicleta.

É um mito achar que bicicleta só trafega pela ciclovia. A ciclovia é o espaço da bicicleta, mas a caixa viária por onde trafegam os veículos também pode ser compartilhada pela bicicleta, pelo ciclista. Precisamos de uma campanha massiva de respeito ao ciclista que trafega em mão única junto com os carros. É necessário manter a distância de 1 metro e meio do ciclista.

Deputado Ricardo Vale, chama a atenção um dado que nós apresentamos, ano passado, sobre violência no trânsito contra ciclistas. Esses trabalhadores escolheram a bicicleta para ser locomover não só pela facilidade, mas também, talvez, pelo trânsito e, principalmente, porque, após o horário de fechamento dos bares, não há transporte público. Infelizmente, isso é o que acontece em determinados horários em que se encerra o funcionamento de bares em Brasília. O que acontece quando eles encerram as atividades?

Fizemos uma visita e chamamos a atenção de todos que nos acompanham na rede social para verem o *reels* em que a nossa equipe passou a noite no Plano Piloto e resolveu pegar um ônibus às 3 horas da manhã. Vou pedir aos membros da minha equipe que resgatem o vídeo e o postem novamente. Eles só chegaram a suas casas às 8 horas da manhã, porque os ônibus começaram a rodar às 5 horas e 40 minutos.

Funciona assim: o trabalhador que tem carro fica até mais tarde; o que não tem sai um pouco mais cedo; aqueles que precisam sair à 1 hora ou às 3 horas da manhã estão praticamente ilhados. Não basta apenas o corujão na rodoviária. Os trabalhadores precisam chegar à rodoviária. Há muitos trabalhadores que caminham um longo percurso para chegar à rodoviária e tentar pegar o corujão. Há trabalhadores que trafegam em áreas em que é contramão chegar à rodoviária, onde ônibus não circula, como o do SIA. Então, eles se arriscam a pegar a bicicleta e a trafegar em ruas escuras, em vias de alta velocidade, muitas vezes com motoristas irresponsáveis que bebem e ainda insistem em dirigir.

Brasília precisa resgatar urgentemente a sua memória de respeito ao trânsito, de respeito à faixa de pedestres, resgatar a paz no trânsito. Estamos perdendo algo de que sempre tivemos orgulho. Não adianta dizer que o povo tem que seguir a memória; precisamos de campanhas do Estado, da sociedade civil e da imprensa, para reforçarmos massivamente a necessidade de um trânsito seguro. O trânsito seguro é feito com o maior respeitando o menor, deputado Rogério Morro da Cruz.

Então, fica aqui a minha solidariedade aos trabalhadores e às trabalhadoras que andam a pé e de bicicleta por esta cidade. No nosso gabinete há usuários do sistema cicloviário que vêm trabalhar de bicicleta. Isso é sempre um risco. Mais uma vez, eu digo que não adianta haver ciclovias. Ela precisa fazer sentido e ligar modais. Os nossos ciclistas não são o *ET* do filme, que, em algum momento, vão voar para atravessar para o outro lado da pista. Eles precisam caminhar de forma segura.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Fica o nosso registro: a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana está acompanhando massivamente a ampliação. Sobretudo, exigimos que os órgãos, principalmente o Detran – nas suas faixas de controle – e o DER, mantenham as campanhas de conscientização sobre a paz no trânsito. Que o maior consiga respeitar o menor! Assim, vamos ter uma cidade saudável, tranquila, onde se possa caminhar.

Presidente, mais uma vez, reforço: tomei a vacina. Vacine-se também. Vacina é vida e futuro.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel. Parabéns por sua intervenção e por ter tomado a vacina. É importante nos vacinarmos.

Registro a presença dos estudantes e dos professores do Centro de Ensino Fundamental 13 da Ceilândia. Eles estão participando do Programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos e bem-vindas.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado e boa tarde. Boa tarde a todos os presentes e a quem assiste a nós pela TV Câmara Distrital.

Eu inicio o meu pronunciamento parabenizando os alunos. Sejam bem-vindos à casa do povo do Distrito Federal. Desejo que Deus abençoe a vida e a família de vocês. Que a trajetória de vocês seja cheia de alegrias, conquistas e vitórias. Que tudo que sonharem e que se empenharem em fazer seja concretizado. Que a vida de vocês seja muito mais sorrisos e realizações do que de qualquer outra coisa e que Deus os abençoe. Obrigado pela presença de todos. A nossa sessão é mais nobre quando vocês estão presentes entre nós.

Parabenizo também, mais uma vez, a nossa escola, a Elegis, que é quem lidera esse projeto. Isso é bom para nós, é bom para os parlamentares e tenho certeza de que é bom também para todos

os servidores desta casa.

Presidente, esta semana nós recebemos a triste notícia de que 7 policiais militares tiraram a própria vida, cometeram suicídio nos primeiros meses deste ano. A notícia é triste pelas vidas que se foram, pelas famílias que ficam sem um ente querido, pelos cônjuges que perdem o marido ou a esposa, pelos filhos que vão crescer órfãos, mas é triste também para a nossa sociedade como um todo.

Não é novidade para ninguém aqui que eu sou um admirador do trabalho da Polícia Militar e, dentro do que posso, do que o mandato me permite, procuro contribuir com a Polícia Militar do Distrito Federal e com as forças de segurança de maneira geral. Mas as nossas polícias, as nossas forças de segurança passam por um momento difícil da nossa história, porque a cultura brasileira hoje, ou pelo menos a cultura que se quer implementar, é uma cultura de desvalorização do trabalho da polícia.

Eu dou alguns exemplos. O policial prende um delinquente e vai preencher a documentação relativa àquela prisão. Antes que o policial termine de preencher a documentação, muitas vezes, o delinquente já está na rua e o policial ainda está preenchendo documentos.

O policial sai e expõe a sua própria vida a perigo e quando, eventualmente, em uma troca de tiros com bandidos, o bandido morre, há uma espécie de clamor do que se convencionou chamar de opinião pública – eu não acredito que seja opinião pública –, condenando aquele policial como se ele fosse bandido. Isso deixa o policial, muitas vezes, em dúvida na hora de agir. E, ao ter dúvida na hora de agir, pode acontecer com ele o que aconteceu com aquele soldado em Minas Gerais, que hesitou na hora de atirar e foi assassinado por um bandido que estava fora da cadeia, porque tinha saído por causa de um benefício desses de saidinha, saidão, e não tinha voltado.

Como você sai de casa todos os dias para expor sua própria vida a perigo, quando a população é ensinada a não valorizar o seu trabalho?

Eu quero me dirigir, mais uma vez, aos policiais militares do Distrito Federal e dizer que vocês são heróis e que a maior parte da nossa população respeita, valoriza e admira o trabalho que vocês fazem. Na pessoa da comandante da Polícia Militar, a coronel Ana Paula, eu parabeneizo todos vocês pelo trabalho que desempenham e lhes agradeço, como cidadão de Brasília, por tudo que fazem por nós. Como cidadãos, é necessário que nos reencontremos com as nossas virtudes, com os princípios e valores que um dia foram o norte da nossa sociedade.

Polícia é polícia e a atividade policial é virtuosa por si mesma; bandido é bandido e não pode ser glamourizado! Quantas vezes recebemos vídeos de audiências de custódia em que o policial tem a sua atenção chamada pelo juiz de direito como se ele fosse o criminoso? E quantas vezes vemos vídeos que se tornam virais...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – ... como aquele em que o juiz ou a juíza, não lembro, perguntou se o meliante estava com frio, se ele queria um cafezinho quente, se alguém podia emprestar o paletó para ele não sentir muito frio. Isso tudo que está espalhado na nossa cultura e que tem sido disseminado, inclusive por partidos políticos que fazem isso de maneira deliberada e intencional, acaba com a saúde mental do policial. Então, é com muita tristeza que recebemos a notícia de que existem muitos policiais cometendo suicídio.

Faço este apelo aos parlamentares e à população do Distrito Federal para que valorizemos os policiais militares do Distrito Federal e a carreira da polícia – não só a da Polícia Militar, mas a da Polícia Civil e a das forças de segurança em geral.

Para encerrar, é uma pena, fico triste quando venho aqui e não tenho boas notícias, mas hoje não tenho boas notícias, não. Preciso mencionar que o cidadão de Brasília vai ter menos dinheiro no bolso, a partir de 2025, porque o atual governo federal não para de gastar. É quase compulsivo, era quase caso de interdição, é quase prodigalidade: só quer gastar, gastar, gastar, gastar; e de algum lugar tem que sair dinheiro para essa ganância toda. De onde vai sair o dinheiro? Do bolso do contribuinte. O DPVAT voltou, o pagador de imposto vai ter mais um imposto para pagar no ano que vem. O dinheiro da ganância que está sendo implementada no Brasil, pelo governo federal, vai sair do meu bolso e do seu bolso, cidadão do Distrito Federal. Prepare-se para voltar a pagar o DPVAT a partir do ano que vem.

Preciso lembrar que o presidente Bolsonaro havia extinguido o DPVAT, havia acabado com ele. Porém, agora ele volta para atormentar o cidadão brasileiro.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, deputados e deputadas.

Eu queria informar, já que foi falado agora desse tema do respeito à polícia e de como se tratam alguns tipos de bandido no Brasil, deputado Chico Vigilante, que a CCJ da Câmara dos Deputados acabou de votar pela manutenção da prisão do Chiquinho Brazão, que foi preso pela Polícia Federal. Um grupo de parlamentares queria soltar esse delinquente, um delinquente claramente envolvido com a milícia no Rio de Janeiro, alguém que é conhecido naquele estado pela prática criminosa e que, por meio dela, na política, tem se reproduzido no poder.

Agora ele é acusado pelo Supremo Tribunal Federal e pela Polícia Federal como mandante da execução do assassinato de Marielle Franco. Entretanto, há um grupo de parlamentares querendo salvar esse delinquente da prisão. Ainda bem que a CCJ e os partidos formaram maioria pela manutenção da prisão, porque esse é o mínimo do senso de justiça. Porque você imagina, deputado, uma investigação da Polícia Federal, da maior seriedade, uma investigação de um caso que ainda não teve os seus resultados há mais de 6 anos... E, agora, a Polícia Federal coloca sua firma, a sua história para dizer que Chiquinho Brazão tem que ser preso, que é justamente o resultado da investigação da execução e do assassinato de Marielle Franco.

Isso é a prova, deputados e deputadas, que nós estamos falando que existe, de fato, um segmento político da população que, infelizmente, tem bandido – aí, sim, a palavra que eles gostam – de estimação. Mas, geralmente, é esse tipo de bandido de colarinho branco de estimação que esse segmento tem.

Então, parabênzo os parlamentares da CCJ que mantiveram a prisão. Isso para nós é um caso que não é para comemorar a prisão de alguém, mas para comemorar a justiça – justiça para uma vereadora que foi executada no decorrer do seu mandato. Uma voz democrática que foi calada, foi assassinada, e até agora neste país não havia o resultado da investigação. Espero que essa prisão seja mantida no plenário da Câmara dos Deputados hoje, porque eu acho que essa é uma questão de urgência.

Senhor presidente, eu queria também passar muito rápido para deixar uma moção de apoio, pela importância para a nossa cidade, à greve dos servidores técnico-administrativos e apoio à greve dos professores da Universidade de Brasília, que foi decretada esta semana.

O nosso apoio é porque greve – esse movimento de trabalhadores – não é contra governo necessariamente. Pode ser, mas não quer dizer que é. Greve os trabalhadores fazem quando é necessário se organizar para ligar uma luz de alerta em defesa de segmentos e categorias que são historicamente abandonados. Uma delas são os servidores das universidades federais, que têm um dos piores salários da Esplanada dos Ministérios. É um segmento que, historicamente, foi abandonado pelo poder público. São servidores fundamentais para o funcionamento das universidades brasileiras, para a produção científica.

Então, eu queria aqui deixar o meu apoio integral à greve dos servidores. Espero que as negociações avancem com o governo federal, para que o governo federal entregue o aumento dos servidores técnico-administrativos das universidades federais, pois o governo não deve cometer o erro de fazer apenas aumentos lineares. Há muitos servidores da Esplanada dos Ministérios que já têm salários mais altos, e algumas categorias, assim como no DF, que têm salários mais baixos.

Então, o meu apoio ao Sintfub, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília; o meu apoio à Fasubra; o meu apoio à greve dos servidores.

Eu queria estender esse apoio ao Andes, que é o sindicato nacional dos professores, que luta pela reestruturação da carreira docente das universidades federais. Nós sabemos que quem segurou o rojão da defesa da ciência, da defesa da vacina, da produção científica e intelectual deste país ao longo da pandemia, enfrentando um governo negacionista, foram os nossos pesquisadores e os nossos professores.

Fica aqui a minha solidariedade a esses profissionais das universidades federais e o meu apoio à sua greve. Nós achamos que é legítima a pauta desses trabalhadores. Eles estão organizados. Não é uma pauta contra governo, é uma pauta que organiza uma agenda de benfeitorias e melhorias para uma carreira que historicamente – não foi em um governo – não foi tratada da forma adequada e que precisa das recomposições necessárias.

Que haja o quanto antes um bom acordo com o governo. Manifestamos nosso apoio à greve nas universidades federais.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, uma ótima tarde, uma ótima tarde para todos os deputados e deputadas.

Primeiramente quero parabenizar o trabalho de todos os guerreiros do 21º Batalhão de São Sebastião e os agentes da 30ª DP de São Sebastião, Polícia Civil, Polícia Militar. Eles têm todo o meu respeito, o que eu puder contribuir com o meu mandato para ajudar a valorizar essas carreiras, esses guerreiros, estou à disposição.

Infelizmente, segunda-feira, houve um ocorrido o qual eu não desejo a ninguém. Um meliante pulou o muro, adentrou a minha casa e levou um *notebook*. Graças a Deus, o pior não aconteceu. Minha família está desesperada, minha esposa, meus filhos. Eu torço para que justiça seja feita. O autor foi preso rapidamente.

Precisamos discutir mais sobre segurança. Infelizmente, a polícia prende e a justiça solta. É preciso que os deputados federais e os senadores debatam isso para que possamos ter leis mais severas. Infelizmente isso não acontece só na minha casa, a violência está em todo o mundo, em todo o Brasil. Neste país, o trabalhador não tem quase ninguém para defendê-lo, mas há muita regalia para o bandido. Eu não poderia deixar de registrar isso.

Senhor presidente, eu sou um cidadão que mora há 26 anos em São Sebastião, sempre fiz campanha em minha cidade pedindo a valorização do comércio local, mas eu não poderia deixar de registrar que a autoescola Prisma, de São Sebastião, tem recebido o pagamento feito pelas pessoas, mas não está cumprindo com o contrato de prestação de serviço. Em média, 45 pessoas que querem tirar sua primeira habilitação foram enganadas – até onde sabemos.

Chamo a atenção do Detran e do Procon do Distrito Federal. Esse pessoal tem que ir para a cadeia! Infelizmente as pessoas têm me procurado. Ontem isso foi noticiado na TV Record. Essas pessoas não podem ficar impunes. O que está acontecendo: a autoescola Prisma mudou de dono e agora está dando calote nas pessoas. É preciso que o Detran dê uma atenção para isso. Aproveito para pedir ao nosso competentíssimo diretor, Takane, que reveja essa situação.

Quero aqui também deixar registrado que a população do Distrito Federal tem me procurado para falar sobre a Neoenergia Brasília. Ela relata que a Neoenergia Brasília está dificultando o atendimento de demandas simples, como a falta de energia que está demorando muito. Já procurei a companhia, fui a várias reuniões para essas tratativas. O nosso medo é que a Neoenergia Brasília deixe acontecer aqui o que está acontecendo na Enel, em São Paulo.

Então, para um simples pedido como a poda de árvores que está na fiação, é uma burocracia, é uma demora. Eu sou parceiro de todas essas secretarias e órgãos. Nós sabemos que a Neoenergia foi privatizada, mas está prestando um serviço com o qual a população não está contente, não. Já estive em várias reuniões com o doutor Frederico, presidente da Neoenergia Brasília, mas alguns atendimentos estão deixando muito a desejar. Espero que fiquem atentos a esses pedidos, porque não é favor, é mais do que obrigação, até porque pagamos uma conta muito alta.

Aproveito também para pedir que agilize o processo da rede de energia dentro do Morro da Cruz. É preciso que seja contemplada área até a BR-251. O Morro da Cruz recebeu a rede de energia legalizada até a avenida Zumbi dos Palmares; mas está faltando o Capão Comprido, o Bora Manso e a Vila do Boa. O que que está acontecendo se há um processo de regularização com aval da parte da Codhab, da Seduh, do governo? Por que essa demora?

Então, queremos uma explicação da Neoenergia Brasília, que ela possa atender seus clientes, porque nós pagamos a conta, ninguém está pedindo favor nenhum.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero saudar os estudantes do CEF 13, de Ceilândia, e deixá-los aparecer na TV Câmara Distrital. Saúdo também os especialistas em saúde, que estão sempre aqui; portanto, reforço o pedido pela nomeação.

O que me faz usar a palavra, presidente, é o que aconteceu agora no Congresso Nacional. A extrema-direita adora posar de moralista, de defensores dos bons costumes, mas quem tem bandido de estimação são os bolsonaristas.

Eu vou ler aqui o nome dos deputados que votaram para tirar da cadeia o deputado Brazão, aquele que mandou matar Marielle, o bandidão, ligado às milícias. Quem gosta de bandido é a extrema-direita. Olhem só a lista dos deputados do PL que querem o miliciano, assassino, solto: deputada federal Bia Kicis, PL do Distrito Federal; Capitão Alberto Neto, PL do Amazonas; Carlos Jordy, PL do Rio de Janeiro; Chris Tonietto, PL do Rio de Janeiro; Delegado Éder Mauro, PL do Pará; Doutor Jaziel, do Partido Liberal do Ceará; Júlia Zanatta, PL de Santa Catarina; Marcos Colón, PL do Mato Grosso do Sul; Marco Feliciano, PL de São Paulo; Delegado Bilynskyj, PL também de São Paulo; Domingos Sávio, PL de Minas Gerais; José Medeiros, PL, Partido Liberal do ex-presidente inelegível Bolsonaro, de Mato Grosso; e Delegado Alexandre Ramagem, PL do Rio de Janeiro.

Quem tem bandido de estimação, quem gosta da milícia, quem gosta da morte, quem gosta de crime e de assassinato é a extrema-direita. São os bolsonaristas que votaram no Congresso Nacional para tirar da cadeia o mandante; o autor do crime, do assassinato, da execução de Marielle e Anderson no Rio de Janeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno. Realmente, é lamentável uma coisa dessa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu queria só reiterar o que foi dito pelo deputado Rogério Morro da Cruz no que se refere à empresa Neoenergia. A grande verdade é que grande parte da nossa população, por onde passamos, reclama da Neoenergia. Parece-me que as pessoas que estão gerindo essa empresa no DF não conhecem o Distrito Federal. Eu não sei se fizeram os investimentos que foram acertados; se, de fato, essas pessoas estão na ponta ouvindo a população, entendendo as necessidades de cada região.

Lá no Gama, recentemente, nós tivemos uma situação na qual quase aconteceu uma tragédia. Caiu um cabo em um local onde eles haviam dito que fariam a obra – um compromisso firmado conosco –, não fizeram e quase aconteceu uma tragédia com mortes de pessoas. Então, tem que haver compromisso!

Quando levamos a eles uma demanda ou quando falamos de uma demanda, é porque ouvimos na ponta a necessidade de aquilo ser feito. Estávamos conversando nesses dias com algumas pessoas na quadra 119, de Santa Maria, onde a população estava no escuro, sendo assaltada. Não podemos aceitar isso!

Se estamos na Câmara Legislativa defendendo a população, temos que lutar para que esse benefício chegue às pessoas. Se há uma empresa que tem que prestar serviço para o Governo do Distrito Federal, para a nossa população, que ela o faça da maneira correta; se não fizer, que ela seja penalizada. Precisamos tomar uma providência com relação a isso. A Neoenergia é uma empresa sem-vergonha! Não podemos mais ficar calados diante do que estamos vendo acontecer por onde passamos no Distrito Federal.

Eu gostaria também de trazer mais um ponto, respeitando a discussão dos meus colegas em âmbito nacional, mas trazendo alguns assuntos locais. Eu tenho visitado muitas cidades e aonde chego vou visitar as praças, as quadras. Eu tenho visto esses PECs, os pontos de encontro comunitário, que deveriam ser um bom programa; um programa que, na época em que foi feito, deveria atender à comunidade na sua plenitude; mas estamos enfrentando uma grande dificuldade.

Venho fazer um apelo ao governo – sei que estão trabalhando nisso – para que haja agilidade na reforma desses pontos de encontro comunitário, para que haja algum contrato de manutenção

permanente. O que vemos acontecer é sempre esses equipamentos estarem quebrados; e, muitas vezes, crianças e pessoas que utilizam esses equipamentos correm o risco de se machucarem. Isso acontece também em outros lugares por onde passamos no Distrito Federal.

Eu queria fazer esse pedido, porque esse equipamento é importante para a população, custou o dinheiro dos impostos da nossa população do Distrito Federal e merece todo o cuidado e atenção para que possa funcionar em plena atividade.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, muito obrigado. Eu nem ia falar, mas pedi a palavra por causa de 3 questões importantes.

Ontem eu conversei muito com o presidente da CEB, doutor Edison Garcia – a quem eu agradeço – sobre a eficiência energética, a troca de lâmpadas de mercúrio por LED. Nós destinamos os recursos, e agora, como há o valor de contribuição de iluminação pública, eles vão colocar as lâmpadas nas cidades com o recurso da própria CEB. O recurso da emenda vai servir para fazer a expansão de redes.

Ontem, eu conversei com o presidente da CEB e hoje falo em nome dele. Primeiro, quero parabenizá-lo, porque eu pedi a ele uma atenção especial para Vicente Pires, Águas Claras, Assentamento 26 de Setembro e Riacho Fundo. Ele já me pediu que fizesse todas as indicações – e eu imagino que ele irá pedir a todos os deputados – para que a própria CEB faça esse trabalho.

Naquilo que é a expansão de rede, as emendas parlamentares continuam valendo. Nós podemos colocar o recurso nas administrações, e a administração contacta a CEB para se fazer essa ampliação da rede. Ontem, se não me falha a memória, o deputado Fábio Félix falou da importância, da qualidade e da segurança da iluminação de LED. Parabéns ao doutor Edison, que nos atendeu com muita galhardia e está disposto a nos ajudar.

Quero parabenizar também a secretária de saúde, que hoje sofreu um grande embate. Nós falamos muito da Secretaria de Saúde na Comissão de Assuntos Sociais, falamos muito sobre a dengue.

Há pouco eu falava com a secretária ao telefone, e ela falou que criou, por meio do endereço eletrônico [www.manudenguesaude.df.gov.br](http://www.manudenguesaude.df.gov.br), uma inteligência artificial que facilita a mobilização contra a dengue. É mais uma plataforma, mais uma estrutura que a secretária está criando para fazer o enfrentamento à dengue, porque a dengue está matando.

Eu estou olhando aqui e acho muito bacana o que a secretaria fez agora. Seguramente, é uma plataforma que o cidadão vai poder usar; nela, vai poder fazer questionamentos, vai poder pedir a ação da própria secretaria. Parabéns à doutora Lucilene por esse trabalho que ela acabou de me mandar e que eu não conhecia.

Estou lendo aqui agora: “Manu, sua assistente virtual contra a dengue”. Estou divulgando aqui mais uma plataforma que pode ajudar a comunidade. O acesso é pelo *site* [www.manudengue.saude.df.gov.br](http://www.manudengue.saude.df.gov.br).

Era só essa informação que eu queria dar.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

O meu partido foi atacado e vou precisar responder. Nem gostaria, porque é V.Exa., que é do PT, que está na presidência. Mas eu vou ter que responder.

Chama-me muito a atenção quando vejo deputado do PT se comportando como um arauto da moralidade. O deputado vociferou aqui chamando o tal do Braço de assassino e de mandante. Eu não

sei, já que eu não tive acesso aos autos. Eu até acho – acho! – que ele é e que isso vai ficar comprovado. E, quando ficar comprovado, eu espero que ele passe muitos anos na cadeia pelo crime que cometeu.

Mas, quando o Lula era alvo de delações premiadas, o deputado que falou isso defendia, certamente, como todo o Partido dos Trabalhadores, que a delação premiada não era suficiente para provar nada e precisava vir acompanhada de provas. Então, a hipocrisia incomoda, porque não vale para o outro o que vale para um – e isso se repete muitas vezes. Isso cansa a população, porque ela vê que não há qualquer compromisso com a verdade. A opinião muda de acordo com a situação daquele momento.

Ele falou de bandido de estimação. Bandido de estimação? Um deputado do PT falando de bandido de estimação, quando tivemos 51 milhões em dinheiro achados na mala, no esquema do Petrolão? Quando o PT proporcionou para o Brasil o maior escândalo de corrupção da nossa história? Aliás, proporcionou o primeiro e o segundo, o Mensalão e o Petrolão. Aí fica difícil.

Eu queria passar ao largo dessa discussão hoje, mas dizer que outros têm bandidos de estimação quando tiveram coragem de fazer campanha para o Lula?! Para o Lula?! Aí não dá. O cara foi condenado na primeira instância. A segunda instância revisou a condenação dele para aumentar a pena. O aumento da pena foi mantido pelo STJ, e ele foi condenado em 3 instâncias de julgamento por crimes diversos. Depois, ele foi descondenado por um erro de CEP. No julgamento, o Supremo disse que ele não poderia ter sido julgado pela 13ª Vara Federal de Curitiba. Aí esse povo vem dizer que os outros têm bandidos de estimação? Não dá. Não dá. É muita hipocrisia.

Ficamos aqui um mês inteiro, o Mês Da Mulher, e o deputado que me antecedeu está sempre na defesa da pauta da mulher. Aí o filho do Lula é acusado de bater na ex-companheira. Silêncio absoluto. Ninguém abre a boca, ninguém fala nada. É como se aquilo não tivesse acontecido. Não dá. Você tem que manter uma posição: ou você acredita no que você está falando, ou é melhor você não falar. Não dá para tolerar isso. Todas as vezes que eu estiver aqui, vou ser obrigado a falar a verdade, porque não dá para tolerar esse tipo de comportamento que vai se adequando à realidade de momento.

Peço vênia, peço escusas a V.Exa., presidente, porque V.Exa. é do PT e está na presidência, mas eu não poderia ouvir o que eu ouvi aqui sem me manifestar.

Agradeço a concessão da palavra.

Boa tarde.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado Chico Vigilante, solicito a V.Exa. que assuma a presidência, porque eu quero falar também. Eu estou inscrito na frente de V.Exa.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, preciso de 1 minuto.

Às vezes, eu fico impressionado com a capacidade que as pessoas têm, na política, de tergiversar e não falar do assunto. Há um assunto em pauta. Há um bandido, um delinquente acusado de ser mandante do assassinato de Marielle Franco, e o PL – a deputada federal Bia Kicis, do DF – vota para o indivíduo ser solto. Volta para ele ser solto, e a pessoa vai falar do Lula, do filho do Lula, mas não tem coragem de dizer que o partido dela defende um bandido e a milícia.

Fale do assunto. Tergiversa e vai falar do quê? Vai falar do Mensalão; dos governos Lula 1, 2, 3; de Dilma; de *impeachment*; mas não tem coragem de assumir que o partido dele acabou de votar, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, pela soltura de um bandido, um dos maiores delinquentes do Rio de Janeiro, um miliciano. Tem que falar a verdade. É isso.

O assunto, agora, pessoal, é o quê? Nós vamos falar de milícia. Nós vamos falar de Chiquinho Brazão, deputado federal acusado de ser o mandante do assassinato de uma vereadora democraticamente eleita, que estava sentada na cadeira de vereadora do Rio. É desse bandido que vamos falar. Quem é a favor da prisão dele? O Partido Liberal é a favor de liberá-lo, de se abrir a porta da prisão para ele ir para a rua e andar livremente, mesmo que seja um miliciano mandante de assassinato. Esse é o assunto. Ninguém está falando do *impeachment* da Dilma, do Lula, de nada. O assunto que está em pauta hoje é esse.

Sabem o que é oportunismo? Eu acho que há falta de coragem em assumir a posição. Eu vi pessoas do PL fazendo vídeo e defendendo a posição delas. Tem que defender a posição. Quer defender bandido? Defenda o bandido, mas coloque a posição fora do armário.

Na minha vida, deputado Ricardo Vale, eu coloco tudo fora do armário. Quem me conhece sabe que eu sou fora do armário em tudo, inclusive nas posições que defendo. Tem que assumir.

O debate é sobre um delinquente acusado de ser o mandante do caso Marielle Franco. Ainda bem que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania não seguiu o PL e tomou – até aqui – a decisão correta.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Thiago Manzoni.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Assumo a presidência.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, deputado.

Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar os alunos do CEF 13 de Ceilândia. Sejam bem-vindos a esta casa. Cumprimento os trabalhadores da saúde que estão aqui reivindicando nomeações. Sejam bem-vindos. (Palmas.)

Eu me inscrevi para falar sobre o Distrito Federal e sobre a saúde do Distrito Federal. Primeiramente, eu quero me solidarizar com a população do DF, principalmente com os usuários do SUS, no sofrimento que essas pessoas estão passando na nossa cidade. Nesses últimos 5 dias, é impressionante o que eu recebi de mensagens, deputado Thiago Manzoni, de moradores, de usuários do SUS, principalmente da região onde moro, Sobradinho.

Eu, que, assim como a minha família, usei o SUS por muitos anos, fico impressionado com o caos que essas pessoas estão vivendo quando vão atrás de uma consulta, quando vão atrás de uma emergência nos hospitais e nas UPAs do Distrito Federal – especificadamente em Sobradinho, porque eu nasci ali, conheço aquela população. São amigos meus, inclusive, muitos dos que têm levado seus filhos para uma consulta – muitas crianças com febre –, e o atendimento está durando por volta de 14 a 16 horas, quase 24 horas, ou seja, quase 1 dia para ter o filho atendido, medicado. É um absurdo o que está acontecendo ali.

Esse sistema de saúde do Distrito Federal está falido. Será que o governador Ibaneis não viu isso ainda? Será que a Secretaria de Saúde, a secretária de saúde, não viu que esse sistema não funciona mais? Que esse Iges não disse para que veio? Tem que se pensar em um novo modelo. Tem que se pensar em um modelo público de verdade, com contratações de servidores, de médicos. (Palmas.) Não dá mais para ficarmos vendo isso acontecer.

Há muitas pessoas morrendo de dengue, há muitas pessoas sem atendimento, muitas famílias. É preciso pensar num novo modelo. Esse falhou, esse não dá mais certo. Por que insistir nesse modelo de saúde pública no Distrito Federal? Eu fico de cara. E as pessoas, evidentemente, assim como me procuram, devem procurar todos os deputados daqui, deputado Thiago Manzoni. Devem estar procurando todos vocês. E nós estamos aqui, colocando emendas parlamentares para a saúde pública, visitando os hospitais, visitando as UPAs, mas concretamente não há mudança no modelo de gestão.

O governador anunciou agora 250 médicos. Ótimo. Até esses médicos entrarem, até esses médicos se inteirarem desse processo, leva tempo. Então, isso precisa mudar. Uma das soluções, na minha opinião, conversando com os especialistas, vendo o que está acontecendo aqui no Distrito Federal, é acabar com esse Iges. É acabar com ele e criar um modelo de fortalecimento do SUS: público, com qualidade, onde as pessoas possam realmente ser atendidas com dignidade da forma que essas famílias e todos nós merecemos.

Era isso, senhor presidente.

Por favor, governador Ibaneis; por favor, Secretaria de Saúde; repensem esse modelo de saúde pública aqui do Distrito Federal, urgentemente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Deputado Ricardo Vale, efetivamente o problema da saúde é um problema que aflige toda a nossa população.

Já que V.Exa. mencionou o meu nome, dizendo que eu também deveria receber telefonemas, cobranças, enfim, visitas, realmente eu recebo e acho que todos nós aqui recebemos. Eu posso até discordar do modelo a ser apresentado no futuro, mas eu penso que tem que haver uma discussão sobre o modelo atual, que precisa ser aprimorado. Acho que vamos discordar muito no que vem. Você vai para um lado, provavelmente eu irei para outro por questões da forma que enxergamos a vida, mas realmente a nossa população tem sofrido bastante, e este tem sido um grande desafio para o Governo do Distrito Federal.

Eu devolvo a presidência a V.Exa.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Ainda nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, olhando a lista dos deputados que votaram pela manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão, 39 deputados votaram pela manutenção da prisão, dos mais variados partidos. Não há 1 deputado do PL que tenha votado a favor de manter o Chiquinho Brazão preso. Entretanto, 25 deputados votaram para soltar o Brazão, e está provado pela Polícia Federal que ele é o mandante de um dos assassinatos mais brutais acontecidos na história brasileira. Dos 25 que votaram pela soltura, 13 são do Partido Liberal, são do PL.

Eles fizeram campanha e estão pressionando no plenário, que vai votar daqui a pouco se se mantém ou não o Brazão na cadeia. Portanto, não me venham com outras histórias, porque as acusações infundadas, irresponsáveis e cretinas que foram feitas ao presidente Lula, ele respondeu todas. Ele não procurou embaixada para se refugiar. Ele sabia que era inocente.

Ele foi preso, tentaram que ele aceitasse colocar tornozeleira, e ele disse: “Eu não sou pombo para colocar isso na minha perna”. Ele respondeu com dignidade e, mesmo enfrentando o Capiroto, que gastou 80 bilhões de recursos públicos tentando a reeleição – e perdeu, graças a Deus –, nós estamos reconstruindo o Brasil agora. Portanto, hoje está provado: o PL é um partido que defende assassino. É isso o que está provado na votação, nós não estamos inventando.

O PL, Partido Liberal, tem como líder o senhor Valdemar Costa Neto, que esteve preso na Papuda também. É o líder deles! Portanto, ele separa. O Valdemar Costa Neto, que é o líder do PL, o presidente do PL, esteve preso na Papuda. Esteve preso! E o PL defende bandido, tipo Chiquinho Brazão, que mandou assassinar uma vereadora.

Os mandantes do crime já foram esclarecidos, mas o crime ainda está em fase de investigação, e certamente há mais gente envolvida. Certamente isso vai desaguar na questão das eleições que aconteceram no Rio de Janeiro, quando havia o medo de que Marielle fosse candidata à senadora. Isso ainda vai render por algum tempo.

A verdade está vindo à tona. E só está vindo porque nós mudamos o governo. Só está vindo porque hoje há, na direção da Polícia Federal, um homem digno, um homem correto, que é o doutor Andrei, que coordena as investigações. A Polícia Federal age de acordo com a lei.

Portanto, está de parabéns a Polícia Federal do Brasil, está de parabéns a CCJ. Espero que o plenário da Câmara dos Deputados cumpra o anseio da população brasileira: a manutenção da prisão do Chiquinho Bandido – Chiquinho Bandido! O PL, está provado, é um partido que defende bandidos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Informo que a comissão geral para debater sobre a situação do transporte público do Distrito Federal, de autoria do deputado Chico Vigilante, aprovada para amanhã, foi transferida para o dia 2 de maio.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, é só uma informação, porque havíamos combinado que, às quartas-feiras, iríamos debater o PPCUB a despeito das próprias comissões. Quero aproveitar esta quarta-feira para tentar acelerar o debate, apesar de não ter quórum hoje, os parlamentares não estarem presentes. Quero só perguntar se, amanhã ou no próximo Colégio de Líderes, de fato, nós vamos seguir esse calendário do PPCUB, porque algumas audiências que pedimos não foram autorizadas, apesar de esse calendário ter sido previamente

aprovado.

Acho importante. É um debate que estamos querendo não acelerar, mas fazer com tranquilidade e ter o máximo de espaço para o debate e chamar inclusive...

Eu só queria essa informação para saber se, de fato, é uma decisão que vamos seguir às quartas-feiras, se vai ficar a cargo das comissões ou se podemos fazer um requerimento de apresentação desse debate, caso alguém não o faça na próxima, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O deputado Max Maciel tem razão. O que foi acordado é que o debate seria feito aqui, no plenário. Ele está falando que houve alguma mudança. Vou me inteirar sobre o que aconteceu e depois passarei para os senhores deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Estão falando aqui que a CEDESTMAT vai fazê-lo junto com a CAF no dia 8 de maio. Mas não foi esse o encaminhamento discutido.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – A reunião está confirmada no plenário, no dia 17.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão ordinária às 16h34min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CCJ (Câmara dos Deputados) – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania  
CEB – Companhia Energética de Brasília  
CEF – Centro de Ensino Fundamental  
CEP – Código de Endereçamento Postal  
Codhab-DF – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
Confef – Conselho Federal de Educação Física  
Cref – Conselho Regional de Educação Física  
DER – Departamento de Estradas de Rodagem  
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal  
DP – Delegacia de Polícia  
DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres  
Elegis – Escola do Legislativo do Distrito Federal  
Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil  
HPV – Papilomavírus Humano  
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
PEC – Ponto de Encontro Comunitário  
PIB – Produto Interno Bruto  
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília  
Procon – Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal  
Seduh – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal  
SEI – Sistema Eletrônico de Informações  
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento  
Sintfub – Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
Suag – Subsecretaria de Administração Geral  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 11/04/2024, às 14:50, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
Código Verificador: **1620069** Código CRC: **856853A0**.